



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI

CONTRATO N° 083/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2025

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARI, ESTADO DA PARAÍBA, E A EMPRESA: **LAGUNA ESPORTE LTDA**, TENDO POR OBJETIVO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE MARI.

De um lado como CONTRATANTE, e assim denominado no presente instrumento, o Município de MARI, Estado da Paraíba, com Sede na Rua Antônio de Luna Freire, 146 – Centro – Mari-PB, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.917.106/0001-66, ora representado pelo Senhora Prefeita Municipal **LUCIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA**, portador do CPF n.º 500.501.504-30, residente e domiciliado na RUA JOÃO SUASSUNA n.º 399 – CENTRO - cidade: MARI/PB, e de outro lado, como CONTRATADO(a), e assim denominado no presente instrumento, a empresa, e o(a) **LAGUNA ESPORTE LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n.º 52.307.066/0001-22, sediado(a) na AVENIDA MARCOS JOSE DE LEAO - CEP: 95770000 - UF: RS - Município: Feliz - Telefone: (51) 99730-2643, E-mail: laguna@passarelafeliz.com.br neste ato representada pelo(a) Sr.(a) DENISE MACIEL CLEMENCIO, CPF n.º 62539167934 tendo em vista o que consta no Processo n.º 2025.04.038 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133/2021, da Lei n.º 123/2006, DECRETO MUNICIPAL N.º 034/2024 e Lei Municipal n.º 969 de março de 2017 e Decreto n.º 013 de julho de 2018, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 011/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é **Aquisição parcelada de materiais esportivos, destinados à manutenção das secretarias municipais da prefeitura de Mari**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0001	BOLA DE CAMPO COM 32 GOMOS. LAMINADO DE PU RS MATERIAL ESPECIAL DESENVOLVIDO EM PU COM ALTA RESISTÊNCIA À ABRASÃO. GARANTE MAIOR DURABILIDADE MESMO EM PISOS MAIS ABRASIVOS. TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO ADDGLUE SISTEMA DE COSTURA PROFUNDA + TERMO-COLAGEM ALEMÃ EM DUPLA CAMADA PARA PERFEITA JUNÇÃO DOS GOMOS, MAIOS DURABILIDADE E 0% DE ABSORÇÃO DE ÁGUA. SYNERGY-G1 CAMADA INTERNA DE ESPUMA E TECIDO DE ALTA PERFORMANCE PARA EXCELENTE TOQUE NA BOLA. PROPORCIONANDO CONFORTO EXTREMO. CÂMARA HAR (HIGH AIR RETENTION) 100% BORRACHA NATURAL COM TECNOLOGIA QUE	JOMA	80	UN	R\$ 96,40	R\$ 7.712,00



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI**

	RETÊM 2.5X MAIS AR QUE AS CÂMARAS TRADICIONAIS. SISTEMA DE FORRO MULTIAXIAL A CÂMARA É ENROLADA COM FIOS SINTÉTICOS DE ALTA RESISTÊNCIA, ATRAVÉS DO SISTEMA MULTIAXIAL, GARANTINDO DURABILIDADE DA ESTRUTURA DA BOLA. MIOLO REMOVÍVEL E SUBSTITUÍVEL, ANTIRRESSECAMENTO E COM MAIOR DURABILIDADE QUE OS MIOLOS TRADICIONAIS. ROCESSO EXTRA DE DUPLA COLAGEM QUE CONSISTE NA APLICAÇÃO DE 2 CAMADAS DE COLA PARA REFORÇAR AS JUNÇÕES DOS GOMOS, PROPORCIONANDO UMA VIDA ÚTIL MAIS LONGA. PESO ENTRE 410-450G E CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 68- 70CM.					
0008	BOLA DE BASQUETE COM 8 GOMOS. LAMINADO DE MICROFIBRA DE PU PRO MATERIAL DE REVESTIMENTO COMPOSTO DE MICROFIBRA COM GRIP QUE PROPORCIONA ADERÊNCIA E CONTROLE EXCEPCIONAIS. TECNOLOGIA DE CONSTRUÇÃO MATRIZADA, GARANTE O ENCAIXE DO LAMINADO NAS CAVIDADES REBAIXADAS, POR UM PROCESSO DE COLAGEM. PROPORCIONA MAIOR CONTROLE NAS JOGADAS. CÂMARA BORRACHA BUTÍLICA DE ALTO NÍVEL, MANTÉM A PRESSÃO DO AR GARANTINDO ENCHIMENTO ADEQUADO E RETENÇÃO DO AR POR MUITO MAIS TEMPO. SISTEMA DE FORRO 100% NYLON A CÂMARA É ENROLADA COM FIOS DE NYLON, FORNECENDO INTEGRIDADE ESTRUTURAL E DURABILIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DA BOLA. MIOLO REMOVÍVEL E SUBSTITUÍVEL, ANTIRRESSECAMENTO E COM MAIOR DURABILIDADE QUE OS MIOLOS TRADICIONAIS. OBSERVAÇÃO: REVESTIMENTO COM PONTOS ELEVADOS PARA MELHOR ADERÊNCIA. INDICADA PARA: AMBIENTES EXTERNOS E INTERNOS. PESO ENTRE 510-567G E CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 72,4-73,7CM.	NEDEL	10	UN	R\$ 117,80	R\$ 1.178,00
0009	BOLA DE BORRACHA Nº 12 MATRICULADA É CONFECCIONADA EM BORRACHA; CÂMARA AIRBILITY (FEITA COM BORRACHA BUTÍLICA. POSSUI SISTEMA DE BALANCEAMENTO, COM ÓTIMA RESISTÊNCIA À RETENÇÃO DE AR. A VÁLVULA É COMPOSTA DE BORRACHA NATURAL E SINTÉTICA); MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, ENTRE 40 50 CM DE DIÂMETRO, PESO ENTRE 110 200G.	NEDEL	10	UN	R\$ 16,90	R\$ 169,00
0011	BOLA DE VÔLEI DE PRAIA, MATRIZADA, COM 18 GOMOS. CONFECCIONADA EM MICROFIBRA. MATERIAL: POLIURETANO CÂMARA: AIRBILITY MIOLO: REMOVÍVEL SLIP SYSTEM CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA: 68 CM PESO E MEDIDAS OFICIAIS, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. TIPO PRÓ 8.0	NEDEL	10	UN	R\$ 75,90	R\$ 759,00



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI**

	PROFISSIONAL OU DE MESMA QUALIDADE OU SUPERIOR.					
0012	BOLA DE VÔLEI DE QUADRA, MATRIZADA, COM 18 GOMOS, CONFECCIONADA EM MICROFIBRA. MATERIAL: POLIURETANO CÂMERA: AIRBILITY MIOLO: REMOVÍVEL SLIP SYSTEM CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA: 68 CM PESO E MEDIDAS OFICIAIS, CÂMARA AIRBILITY, MIOLO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, TIPO PRÓ 8.0 PROFISSIONAL OU DE MESMA QUALIDADE OU SUPERIOR.	NEDEL	10	UN	R\$ 76,90	R\$ 769,00
0013	BOLA DE FUTSAL COM GUIZO, MATERIAL: PU COM CÂMARA DE BUTIL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM GUIZO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL. SISTEMA DE CONSTRUÇÃO TERMO SOLDADA. COM VÁLVULA LUBRIFICADA, MEDIDAS APROXIMADAS :CIRCUNFERÊNCIA: 62 A 64CM, PESO: 410 A 440 G.	NEDEL	5	UN	R\$ 118,90	R\$ 594,50
0021	BOMBAS PARA ENCHER BOLAS: MEDIDA APROXIMADA: TAMANHO: 29,5 CM X 4 CM; ACOMPANHA MANGUEIRA UMA AGULHA. AGULHA EM LIGA DE ZINCO COM TAMPA DE BORRACHA. MANGUEIRA DE AR EM BORRACHA COM NYLON E LIGA DE ZINCO. COM PROLONGADOR DE 12 CM; CORPO EM PLÁSTICO RESISTENTE; ALTO FLUXO DE AR; SUPORTE DA MÃO EM PLÁSTICO REFORÇADO TIPO "T"; COM 1 BICO PARA ENCHER BOLAS. COM TECNOLOGIA DOUBLE ACTION.	PUMP	10	UN	R\$ 14,90	R\$ 149,00
0023	CONE DE PLÁSTICO TIPO CHAPEU CHINÊS, COMPOSTO EM PVC, MATERIAL RESISTENTE, LEVE E FLEXÍVEL, CONE PARA TREINO, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA FLEXÍVEL, TAMANHO: 20- 25 CM, COR À ESCOLHER.	NEDEL	40	UN	R\$ 1,70	R\$ 68,00
0024	CONE PARA TREINO, MATERIAL: BORRACHA SINTÉTICA FLEXÍVEL, TAMANHO: 20- 25 CM, COR: À ESCOLHER.	NEDEL	40	UN	R\$ 5,69	R\$ 227,60
0025	CONE PARA TREINO, MATERIAL: BORRACHA. ALTURA: 50 CM, COR: À ESCOLHER.	NEDEL	40	UN	R\$ 48,90	R\$ 1.956,00
0026	KIT DE CONES- JOGOS DE CONES COM BARREIRA - BARRAS DE AÇO CARBONO COM PROTEÇÃO EM PVC NAS EXTREMIDADES E CONES CONFECCIONADOS EM POLIETILENO, COM PERFURAÇÕES PARA ACOPLAGEM DAS BARRAS. KIT COMPLETO ACOMPANHA 12 CONES E 09 BARREIRAS. AJUSTÁVEL PARA AS ALTURAS DE 21CM, 31CM OU 41CM. DESMONTÁVEL. POSSIBILIDADE DE USO DOS CONES ISOLADAMENTE EM OUTRAS ATIVIDADES. DIMENSÕES APROXIMADAS DE: 32 X 25 X 100 CM	NEDEL	10	KIT	R\$ 184,90	R\$ 1.849,00
0027	BARREIRAS - KIT MINI BARREIRA MÍNIMO DE 5 UNIDADES. AS MINI BARREIRAS AJUSTÁVEIS PODEM SER UTILIZADAS PARA TREINOS DE AGILIDADE, CORRIDA E PLIOMETRIA. ALTURAS REGULÁVEIS DAS BARREIRAS: -	NEDEL	10	KIT	R\$ 101,90	R\$ 1.019,00



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI**

	20CM - 30CM. MEDIDAS APROXIMADAS LARGURA: 66 CM (+ 3 CM) - ALTURA AJUSTÁVEL: DE 6 A 38 CM (+ 2 CM). CONFECCIONADA EM PVC RESISTENTE.					
0028	FAIXAS ELÁSTICAS RESISTÊNCIA THERABAND RESISTÊNCIA MÉDIA O ELÁSTICO EM TPE, POSSUI APROXIMADAMENTE 1,20M DE COMPRIMENTO POR 15CM DE LARGURA.	CONVOY	5	UN	R\$ 13,47	R\$ 67,35
0031	CORDA DE PULAR - CORDA DE PULAR. POLIURETANO SUPER-RESISTENTE, 6MM, EM PLÁSTICO SUPER RESISTENTE, ANATÔMICA E FLEXÍVEL, 2,80M. BRANCA, CORDÃO FIXO MANOPLA	NEDEL	5	UN	R\$ 15,52	R\$ 310,40
0032	ESCADA DE AGILIDADE - ESCADA DE AGILIDADE MATERIAL: NYLON E POLIPROPILENO - DIMENSÕES DO PRODUTO: 4 METROS - 8 DEGRAUS	NEDEL	5	UN	R\$ 49,69	R\$ 248,45
0033	ARGOLAS DE AGILIDADE PARA CRIAR PERCURSOS COM FOCO NO TREINAMENTO DE VELOCIDADE E AGILIDADE. CADA KIT CONTÉM 12 ARGOLAS DE 35CM DE DIÂMETRO (APROXIMADAMENTE) DENTRO DE UMA EMBALAGEM PARA CARREGAR. COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA. PESO E MEDIDAS APROXIMADAS: PESO: 0,66 KG. COMPRIMENTO 34 CM.	NEDEL	10	UN	R\$ 79,98	R\$ 799,80
0034	PETECA OFICIAL PARA BADMINTON. TUBO COM 6 UNIDADES. COMPOSIÇÃO EM NYLON COM BASE DE CORTIÇA. COR: AMARELA. PESO: APROXIMADAMENTE 7G CADA PETECA. TAMANHO: U. DIMENSÕES: 6,50 X 6,50 X 8,50	NEDEL	10	UN	R\$ 28,90	R\$ 289,00
0035	RAQUETE PARA BADMINTON ENCORDADA. MATERIAL: ALUMÍNIO E GRAFITE. CABEÇA: 57 SQ.IN/ TS, EQUILÍBRIO: 295 MM, ENCORDAMENTO, PESO APROXIMADO: ENTRE 90 G E 110 G, TENSÃO DA CORDA: 18- 20 LBS. DIMENSÕES APROXIMADAS: (ALTURA X LARGURA X PROFUNDIDADE CM): 67X20X1,5	WESTERN	20	UN	R\$ 51,90	R\$ 1.038,00
0037	KIT 3 ELÁSTICOS EXTENSORES MULTIFUNCIONAIS GINÁSTICA - KIT COM 3 PARES DE ELÁSTICOS DE 60 CM COM 3 DIFERENTES NÍVEIS DE RESISTÊNCIA + PAR DE TORNOZELEIRAS + PAR DE PEGADORES. USADO PARA EXERCÍCIOS BILATERAIS E UNILATERAIS. COMPOSIÇÃO TPR, FOAM, NYLON. PESO E MEDIDAS APROXIMADOS: PESO: 0,45 KG, COMPRIMENTO: 60CM	NEDEL	10	KIT	R\$ 52,90	R\$ 529,00
0041	DOMINÓ - FEITO EM RESINA, DIMENSÕES DE 20X2X11CM PESO DE 380G.	IDEA	10	UN	R\$ 30,80	R\$ 308,00
0042	JOGO DE DAMAS - TAMANHO DE 32CM X 32CM. 1 TABULEIRO E 24 PEÇAS. FEITO EM MADEIRA DE ALTA QUALIDADE.	P.A	15	UN	R\$ 127,28	R\$ 1.909,20
VALOR TOTAL:						R\$ 21.949,30

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de 16/05/2025 encerramento em 16/05/2026, prorrogável na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

- 3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 21.949,30** (Vinte e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e trinta centavos).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:
- 02.130-SEC. MUNIC.DE ADM.GESTÃO E ARTIC.POLITICA-SEAGAP - 02130.04.122.0101.2003-MANUT.DAS ATIV.DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - 02.240-SEC.MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE-SECULTE – 27.812.0107.2023-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DESPORTISTA - 02.250-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - 02250.12.361.0104.2017-MANUT.DAS ATIV.DO ENS.FUNDAMENTAL CUSTEADOS C/MDE - 02250.12.361.0104.2013-MANUT.DAS ATIV.DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO - 3.3.90.30.99.00-OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO.

5. CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

Recebimento

- 5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05(cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 5.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 5.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 5.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI

equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.8.1. o prazo de validade;
 - 5.8.2. a data da emissão;
 - 5.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 5.8.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 5.8.5. o valor a pagar; e
 - 5.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 5.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 5.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 5.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 5.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 5.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação dos seguintes cálculos:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = ***, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = ***$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de pagamento

- 5.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável em especial a IN/RFB n.º 1234/2012, alterada pela IN/RFB n.º 2145/2023 e alterações posteriores.

5.19.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI

contribuições abrangidos por aquele regime, ressalvado o caso previsto no art. 17, XII da Lei Complementar n.º 123/2006. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA- DO REAJUSTE, REEQUILÍBRIO E REPACTUAÇÃO.

6.1. Os preços registrados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

6.1.1 Ultrapassado o prazo constante no subitem anterior, os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.1.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.1.8. Eventuais repactuações e reequilíbrio do contrato, observarão o disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E RETENÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

7.2. Por ocasião do pagamento pelo fornecimento/prestação de serviços e de acordo com a Lei Municipal nº 969 de março de 2017 e Decreto nº 013 de julho de 2018 da Prefeitura Municipal, efetuará retenção de percentual 1% (um por cento) em favor do “Programa de Apoio ao Empreendedorismo no município de Mari - EMPREENDER MARI”, incidente sobre o valor constante da nota fiscal, fatura ou recebimento, emitido pela licitante contratada.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA DO OBJETO.

8.1. O objeto deverá ser entregue no município de Mari-PB em até 05 (cinco) dias após a entrega da ordem de compra, contendo a especificação e a quantidade requisitada, emitida pela Secretaria requisitante, através responsável devidamente autorizado e identificado.

8.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outras despesas que não seja o proposto pela empresa vencedora.

9. CLÁUSULA NONA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) e Lei Municipal n.º 1.160/2023.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o termo de referência, na proposta comercial e no termo de contrato;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

10.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.9. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias** a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias**.

10.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

10.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, termo de referência e sua proposta comercial, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI

10.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.2.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.2.13. Sempre que solicitado pela Administração o contratado deverá comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.2.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.2.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.2.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.2.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

d.1 Moratória de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;

d.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.3 Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

d.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1% a 3% do valor do Contrato.

d.5 Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1,5% a 3% do valor do Contrato.

d.6 Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,05% a 2% do valor do Contrato.

d.7 Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 3% do valor do Contrato, ressalvada a situação prevista no item 11.2 “a”.

11.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI**

12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO.

12.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:

12.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

12.2 A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

12.4 O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1 É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARI

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- CRITÉRIOS E DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

15.1 Os materiais deverão pautar-se no emprego da sustentabilidade, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, a geração excessiva de resíduos e diminuição do impacto ambiental a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

15.2 Atender aos requisitos, no que couber do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO.

17.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1 É eleito o Foro da Comarca de Sapé para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

MARI-PB, 16 de maio de 2025.

Município: MARI/PB
LUCIA DE FATIMA SANTOS DA SILVA -PREFEITA
CONTRATANTE

LAGUNA ESPORTE LTDA
CONTRATADO

LAGUNA
ESPORTE
LTDA:523070660
00122

Assinado digitalmente por LAGUNA ESPORTE
LTDA:52307066000122
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, S=RS, L=FELIZ, OU=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=30948429000176, OU=viduoc@itineria.com.br, CN=LAGUNA ESPORTE LTDA:52307066000122
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.05.16 17:10:32-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2023.2.0